

Exm^a. Senhora
Dr.^a Catarina Gamboa
Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
3225

SUA COMUNICAÇÃO DE
20/12/2019

NOSSA REFERÊNCIA
ENT.: 4508/2019
PROC. N.º: 6/2019

DATA

ASSUNTO: Pergunta n.º 622/XIV/1.^a de 20 de dezembro de 2019 - Comunicação de informações sobre a proteção das águas marinhas

Exm^a Sra. Dra. Catarina Gamboa

Encarrega-me S. Exa. o Ministro do Mar, relativamente à pergunta acima identificada, do Grupo Parlamentar do CDS-PP de remeter as respostas às questões levantadas pelos deputados signatários da mesma:

1- Qual o motivo pelo qual o Governo de Portugal não apresentou à Comissão Europeia, dentro do prazo fixado, os relatórios relativos ao estado ambiental das águas marinhas, conforme estipulado no Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (Diretiva 2008/56/CE)?

A implementação em Portugal da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM) assenta em 4 subdivisões marinhas: Continente, Açores, Madeira e Plataforma Continental Estendia e enquadra-se na Região Marinha do Atlântico Nordeste e em duas sub-regiões marinhas: i) sub-região da Macaronésia e ii) sub-região do Golfo da Biscaia e Costa Ibérica.

Em 2017 entrou em vigor a nova Decisão (UE) 2017/848 da Comissão, de 17 de maio, que estabelece os novos critérios e normas metodológicas de avaliação do bom estado ambiental, o que implicou, a nível técnico, um esforço suplementar significativo na interpretação e aplicação dos novos critérios para a determinação do bom estado ambiental das águas marinhas, que se revelou particularmente complexo devido à dimensão do mar português e aos seus elevados índices de diversidade biológica.

Adicionalmente, esta nova Decisão vem reforçar a necessidade de aplicação do conceito de risco significativo para o ambiente marinho, incluído na DQEM (cfr. n.º 4 do artigo 14.º) e para o qual PT tem, desde o primeiro ciclo da DQEM, vindo a advogar a relevância da sua aplicação na implementação

da Diretiva, não tendo sido, até à presente data, desenvolvido trabalho a nível Comunitário para a definição de critérios para a sua aplicação.

Os trabalhos técnicos exigiram assim uma grande coordenação entre os organismos da Administração Central e os organismos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, com vista a assegurar a coerência na implementação da Diretiva e um reporte único à Comissão Europeia para a totalidade das águas marinhas nacionais.

A nível comunitário Portugal tem pugnado pela implementação da DQEM nas escalas regionais oceânicas, de acordo com o texto e espírito desta importante Diretiva e da nova Decisão, e tem desenvolvido projetos em conjunto com os países do Arco Atlântico (países parceiros nas sub-regiões marinhas), num espírito de cooperação internacional para que se alcance o bom estado ambiental das águas marinhas na região e sub-regiões onde se integram as águas marinhas sob soberania portuguesa. De entre esses projetos internacionais destacam-se os do lixo marinho liderados por Portugal e os referentes à determinação da análise de risco ambiental.

2- O Governo já entregou os relatórios À CE? Se não, quando é que serão entregues?

Iniciou-se, no dia 9 de janeiro, o período de discussão pública dos Relatórios de Avaliação do Estado Ambiental das águas marinhas nacionais (correspondentes à atualização dos artigos 8.º, 9.º e 10.º das Estratégias Marinhas), o qual decorrerá até 10 de fevereiro 2020, em simultâneo no Continente e nas Regiões Autónomas e subscritos pelo governo da República e pelos dois governos regionais.


Terminado a consulta pública serão analisadas todas as participações recebidas, elaborado o Relatório final e preenchidos os respetivos formulários eletrónicos, desenvolvidos pela Comissão Europeia para efeitos de reporte, sendo expetável que o processo esteja terminado no final do 1º trimestre de 2020.

A implementação do segundo ciclo da DQEM a nível nacional, surge no seguimento da aprovação e publicação do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional. Com estes dois instrumentos Portugal espera contribuir decisivamente para a melhoria do estado ambiental das águas marinhas do Atlântico Nordeste.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe do Gabinete,

Nuno Chaves



20 JAN 20